

# O NÃO-LUGAR DA EDUCAÇÃO DIANTE DOS PARADOXOS DA SOCIEDADE DE CONTROLE

## EL NO-LUGAR DE LA EDUCACIÓN ANTE LAS PARADOJAS DE LA SOCIEDAD DE CONTROL

### THE NON-PLACE OF EDUCATION FACING THE PARADOXES OF THE SOCIETY OF CONTROL



Lucas de Oliveira CARVALHO<sup>1</sup>  
e-mail: lucas.historiando@gmail.com



Perolina Souza TELES<sup>2</sup>  
e-mail: perolinasouza@hotmail.com



Fabio ZOBOLI<sup>3</sup>  
e-mail: zobolito@gmail.com

#### Como referenciar este artigo:

CARVALHO, L. O.; TELES, P. S.; ZOBOLI, F. O não-lugar da educação diante dos paradoxos da sociedade de controle. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024132, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.18979>



- | Submetido em: 30/01/2024
- | Revisões requeridas em: 28/02/2024
- | Aprovado em: 04/03/2024
- | Publicado em: 21/10/2024

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Doutorando (Bolsista CAPES) e mestre em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Professora da rede pública do estado de Sergipe. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

<sup>3</sup> Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão – SE – Brasil. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

---

**RESUMO:** O ensaio objetiva interpelar a educação na sociedade de controle para refletir acerca do paradoxo entre uma ideia de liberdade e inovação – pautada na “democratização” do acesso à informação e na inserção da tecnologia no contexto escolar – e o não-lugar que a educação adquire – fruto da sua incapacidade de reflexão das problemáticas da pós-modernidade. Diante dos impasses da Sociedade de controle, percebe-se que a relação entre educação e as inovações tecnológicas permanece em aberto. À educação, cabe tensionar a neutralidade e o determinismo tecnológico, a fim de romper com visões ingênuas e salvacionistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade de controle. Vigilância. Redes. Educação.

***RESUMEN:** El ensayo pretende cuestionar la educación en la sociedad de control para reflexionar sobre la paradoja entre una idea de libertad e innovación – a partir de la “democratización” del acceso a la información y la inserción de la tecnología en el contexto escolar – y el no lugar que adquiere la educación – resultado de su incapacidad para reflexionar sobre los problemas de la posmodernidad. Ante los impasses de la Sociedad de Control, está claro que la relación entre educación e innovaciones tecnológicas sigue abierta. La educación debe enfatizar la neutralidad y el determinismo tecnológico para romper con visiones ingenuas y salvacionistas.*

***PALABRAS CLAVE:** Sociedad de control. Vigilancia. Redes. Educación.*

***ABSTRACT:** Thus, this essay aims to question education in the society of control in order to reflect on the paradox between an idea of freedom and innovation – based on the “democratization” of access to information and the insertion of technology in the school context – and the non-place that education acquires – as a result of its inability to reflect on the problems of post-modernity. Faced with the impasses of the control society, the relationship between education and technological innovations remains open. It is up to education to put tension between neutrality and technological determinism in order to break with naive and salvationist visions.*

***KEYWORDS:** Society of control. Surveillance. Networks. Education.*

---

## Introdução

A modernidade tem seus pilares fincados no ideário iluminista. Cultura, política, formas de organização da sociedade, princípios jurídicos, pensamento educacional, todos beberam em uma fonte que parecia de infinitas possibilidades de rupturas. Um campo onírico, elaborado paradoxalmente como fruto da razão, que mobilizou a busca pelo progresso e pela formação de um cidadão que coubesse nos modelos de civilidade compatível com uma suposta igualdade.

De saída, cabe a nós dizermos que o conceito de educação o qual nos remetemos, é herdeiro desse período do “esclarecimento”. Sobre esta noção não custa lembrar do que Kant (1985) tentou responder em um texto intitulado “*Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento’?*”. Para Kant (1985) o “esclarecimento” deveria ser o processo pelo qual o homem sairia do estado de menoridade através do uso adequado da razão. O que isso quer dizer? Quer dizer que o homem, ao fazer o uso correto das faculdades racionais, teria como reunir as condições de possibilidade necessárias para, de forma autônoma, pensar e agir por si próprio e sem estar sujeito a direção de outrem. Portanto, sair da menoridade pelas vias do esclarecimento exige “a coragem de fazer uso de teu próprio entendimento” (Kant, 1985, p. 100).

Segundo Kant (1985), o homem não pode renunciar a sua missão perante o “esclarecimento”, pois fazer isso significaria “ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade” (Kant, 1985, p. 110). Kant (1985) diz isso porque para ele renunciar ao esclarecimento, renunciar ao bom uso da razão incorre em comprometer os ideais de liberdade e de autonomia dos indivíduos. Concomitantemente, compromete também a possibilidade de construção de uma vida pacífica e justa em sociedade. Assim, renunciar ao uso da razão significa aceitar viver no completo estado de brutalidade e de barbárie do qual o homem deveria sair.

Em seus escritos sobre a pedagogia, Kant (1999) reforça essa ideia afirmando que o homem é “naturalmente inclinado à liberdade” (Kant, 1999, p. 13). Dessa forma, a educação cumpriria uma missão fundamental no cuidado, na disciplina e na instrução dos indivíduos. A educação teria o papel de facilitar o processo pelo qual o indivíduo alcançaria sua própria humanidade pelas vias do bom uso da razão. Isso implica dizer, que a educação para Kant (1999) era vista como um instrumento fundamental para que os indivíduos alcançassem sua autonomia e vivessem de forma livre e pacífica em sociedade.

Apesar das transformações, das mudanças de paradigmas, da aparição de novas concepções pedagógicas e novas práticas como, por exemplo, a inserção e o uso da tecnologia na educação. Acreditamos que os ideais que sustentam aquilo que poderíamos chamar de um estatuto de um projeto educador baseiam-se, ainda, na noção de que a educação, assim como o saber e o bom uso da razão, é o grande instrumento de promoção da autonomia, da liberdade e da paz social e da emancipação humana.

Entretanto, mesmo que ainda hoje a herança do “esclarecimento” - que concebe o projeto racional moderno como algo exterior à barbárie, ou seja, como algo ileso às formas de violência e dominação - persista entre nós, é preciso dizer que o projeto moderno não foi constituído, como muitos preferem acreditar, de forma pacífica, alheio às lutas no campo do poder e das imbricações políticas e históricas de seu tempo.

Como bem afirma Foucault (2014, p. 31): “Seria talvez preciso renunciar a crer que o poder enlouquece e que em compensação a renúncia ao poder é uma das condições para que se possa se tornar sábio.” A crença, portanto, que o saber, a razão, a ciência estariam no exterior da esfera do poder, seria resultado de uma visão ingênua e purista sobre esses campos da produção do conhecimento e da produção do próprio homem moderno.

Uma ingenuidade, talvez um cinismo, que não se sustentaria a uma rápida exumação dos corpos soterrados pelos diversos estatutos científicos que se forjaram e se reconheceram como tais nesse período. A medicina, a psiquiatria, as formas jurídicas de punição, a pedagogia e o projeto educador moderno (foco de nossa reflexão) são alguns dos campos de batalha onde se travou a construção do mundo moderno. Desta forma, poderíamos mencionar que: [...] “não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessaram e que constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (Foucault, 2014, p.31).

Não se trata, como Foucault (2014) afirma, de pensar os campos do conhecimento como uma espécie de luz divina que em sua pureza afastaria as nuvens tormentosas e embrutecidas e lançaria seus raios de luz e calor sobre a clausura das mitologias e das crenças irracionais que até então aprisionavam um indivíduo amordaçado e sujeitado. Não, trata-se das condições de possibilidade para a produção de um saber, de um indivíduo e de um tipo de homem e sociedade. Se é de produção que estamos falando, então o “homem de que nos falamos e que nos convidam a liberar já é em si mesmo o efeito de uma sujeição bem mais profunda que ele” (Foucault, 2014, p. 33).

No avançar da modernidade do século XVIII para o XIX, a organização e a produção dos campos do saber, de uma sociedade, de um indivíduo e de um sujeito estarão submetidos a um regime de poder nomeado por Foucault (2014) como poder disciplinar. Na acepção do filósofo francês o poder disciplinar: “é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (Foucault, 2014, p. 167).

Importante dizer que estamos aqui falando de um período histórico de amadurecimento e expansão de um capitalismo industrial e de formação de sociedade de massas. Assim, talvez a grande questão que estava posta era de como criar um ambiente e formas de regulação onde a população pudesse conviver e circular *pari passu* a circulação e a produção de mercadorias. Ou seja, a tarefa posta era de como criar um grande corpo populacional que, dentro de um espaço (nação, cidade, instituição, casa, igreja, prisão, escola) e de um tempo determinado, conseguisse operar/produzir e circular em harmonia e num certo grau de “normalidade”.

Nesse sentido, o poder disciplinar agirá diretamente no átomo desse grande corpo populacional, o indivíduo. Numa relação de esquadramento entre espaço, tempo e o corpo vivo, esse poder disciplinar<sup>4</sup>, em suas relações de poder-saber, criará uma espécie de “anátomo-política”. Esta, resultado, portanto, da produção de corpos dóceis politicamente e mais produtivos economicamente (Foucault, 2014). Percebe-se desta forma que a noção de indivíduo não é resultado de uma essência, de uma última instância a qual não pode ser mexida, transformada. Ao contrário, o corpo disciplinado é o resultado da produção do indivíduo da modernidade e da necessidade objetiva de “ajustamento da acumulação dos homens à do capital” (Foucault, 1988, p. 133).

É nesse liame que os saberes constituirão seus estatutos científicos na medida em que justificarão sua importância na manutenção e na “defesa da sociedade”, vigiando e corrigindo os eventuais desvios. Nesse processo, a escola é central como difusora de um conhecimento que forma subjetividades consonantes ao projeto da modernidade. Será ela responsável por cuidar dos corpos infantis e jovens e por dotá-los dos valores e técnicas necessárias para que possam ser inseridos no convívio e na produção/reprodução da sociedade da mercadoria. Afinal, como muito antes já tinha afirmado o próprio Kant (1999, p. 11): “O homem é a única criatura

---

<sup>4</sup> A disciplina para Foucault (2014) é um dispositivo sustentado por técnicas e tecnologias “que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2001, p. XXII). Este poder disciplinar não atua do exterior, ele trabalha no interior dos corpos gestando comportamentos adequados ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista.

que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado de sua infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução como formação”.

Seguimos nossas reflexões sob a inspiração dos versos de Zé Ramalho: “Lá fora faz um tempo confortável, a vigilância cuida do normal”. Neste sentido, arriscamos afirmar que o que garante o pleno funcionamento de um aparato de vigilância é, de fato, a sensação de eficácia que este proporciona, muito mais do que a sua eficiência efetiva. Portanto, mais do que a autonomia e a emancipação, o que estava em jogo no projeto educador da modernidade era a vigilância e a correção. O poder disciplinar e seus mecanismos de vigilância, é preciso que se diga, é fundamental para a articulação de toda a engrenagem subjetiva, social e produtiva (Foucault, 2014).

Nos modos de governo, a vigilância é central. Na sociedade disciplinar de Foucault o panóptico era o dispositivo que assegurava o funcionamento automático e maquínico do poder. O panóptico é um poder de vigilância que intervém na gestão política e estética de um corpo operando na formação de seus usos sociais. O panóptico “é polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos” (Foucault, 1987, p. 170).

No entanto, na última década do século XX o Fordismo entra em crise e o sistema capitalista passa por reformulações. Foucault (2008) no “Nascimento da biopolítica (1978-1979)”, ao tratar da emergência do neoliberalismo e de um sujeito empreendedor de si mesmo, não deixou de apontar que este acontecimento era resultado de um ciclo histórico que se caracterizava por uma crise generalizada da sociedade e dos dispositivos disciplinares. No mesmo caminho, Deleuze (1992), ao dissertar sobre a emergência de uma sociedade de controle, faz isso também reconhecendo o desgaste das disciplinas e os desdobramentos do pós-fordismo emergente.

Por ironia do destino, ou não, muito das reivindicações das gerações dos anos 1960-1970 contra o regime fordista, contra as instituições, contra as disciplinas, contra a vida administrada e burocrática, reviraram-se agora na era pós-fordista contra todos nós (Sennett, 2019). A aposta política de outrora na liberdade, na criatividade, na flexibilidade, tornou-se, hoje, a fonte da mais brutal, contínua e ininterrupta exploração. Quando a sociedade disciplinar entrou em crise, o que veio depois não foi necessariamente aquilo que se pensava, como fica claro na constatação de Richard Sennett (2019, p. 12): “O desmantelamento das instituições disciplinares não gerou maior senso comunitário”.

Com os avanços tecnológicos, o século XX oportunizou, através de artefatos e sistemas analógicos, as condições para a virtualidade do corpo, o que acabou por gerar um modo novo de vigilância, o sinóptico. O sinóptico (do prefixo grego “*sin*”, que significa junto e ao mesmo tempo) é uma forma de vigilância onipresente<sup>5</sup>. Com a explosão da internet se gerou uma enorme quantidade de dispositivos móveis que acabaram por gerar uma vigilância mais democrática que o panóptico.

Em grande medida, essa afirmação nos leva ao entendimento de que estamos diante de outros modelos de controle, um sinóptico pensado a partir dos novos sistemas de informação e comunicação e como essas esferas se relacionam com a vida cotidiana, na qual todos podem se ver mutuamente, interagindo de acordo com a sedução que as redes nos proporcionam. De acordo com Rodríguez (2019), esse contexto explicita um novo modelo que evade do panoptismo, das sociedades disciplinares – descritas por Michel Foucault (1987) - para a autovigilância das sociedades de controle – pensadas por Gilles Deleuze (1992) - sem que seja necessário que alguém esteja em um posto central.

Deleuze (1992) afirma que nas sociedades de controle “Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (Deleuze, 1992, p. 222). Tudo isso, atualmente, está acontecendo em “tempo real”, de uma forma muito mais refinada, sutil e elaborada dentro de um contexto contemporâneo de vigilância no qual nos acostumamos e, por isso mesmo, acomodamo-nos e normalizamos a presença “zelosa” dos dispositivos que são usados como vigias para conter a desordem social.

A visão simplista e superficial que envolve atualmente o pensamento educacional lança seus olhares sobre a utilização de recursos tecnológicos no exercício da docência, demonstrando que a presença por si só da utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) é insuficiente para denotar a qualidade do ensino. Essas reflexões se intensificaram sobremaneira a partir da pandemia de Covid-19, momento no qual professores e alunos foram empurrados compulsoriamente para o ambiente virtual de aprendizagem (AVA).

Em matéria jornalística escrita por Roberta Jansen (2021), a partir de dados do IBGE, fica evidenciado que “O percentual de alunos que não conseguiu estudar cinco dias por semana chegou a 35% entre os mais vulneráveis [...] A pandemia foi um desafio para todos, mas afetou

---

<sup>5</sup> Aliada e intrínseca a vigilância sinóptica, temos a datavigilância pautada no algoritmo originado o que Rouvroy e Berns (2015) denominaram de governabilidade algorítmica. Rouvroy e Berns (2015, p. 42) definem a governabilidade algorítmica como sendo “um tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, anteciper e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis”.



profundamente os mais vulneráveis, principalmente por conta da exclusão digital". Esses dados demonstram que quando falamos de inserção dos alunos no universo digital, a prerrogativa da superação do aparente e simples acesso à tecnologia não dialoga com a realidade dispar socioeconômica brasileira<sup>6</sup>.

É importante mencionar que este terreno é repleto de nuances, nem sempre absorvidas de forma tranquila pela sociedade. Um exemplo emblemático é a forma como lidamos com o excesso de tempo de tela que as crianças e jovens atualmente estão expostos. Em reportagem jornalística, Ingrid Oliveira (2023) fala sobre as diversas críticas recebidas pela Secretaria de Educação de São Paulo, quando tentou substituir o uso de livros didáticos físicos por livros digitais, para os alunos do 5º ano do ensino fundamental, no ano letivo de 2024. Especialistas questionaram a ação alegando a existência de riscos à saúde mental e formação do cérebro dos estudantes. A partir desses questionamentos a ação foi revista pelos órgãos competentes.

Outro elemento importante é a afirmação de que a pandemia também impulsionou debates acerca da gamificação da educação – que representa uma espécie de “modismo pedagógico”, tendo como base metodologias ativas, que estimulam alunos a resolver situações-problema – também carece de reflexões para além do signo da tecnologia.

Em matéria jornalística vinculada pela CNN Brasil (2023), a gamificação divide opiniões, ressaltando que, não obstante possibilitar diversos benefícios interativos à sala de aula, também pode explicitar dificuldades, como o domínio do jogo em detrimento de outras possibilidades de formas de aprendizagem. Afinal, os jogos podem funcionar bem para alguns alunos e simplesmente não atender às demandas de aprendizagem de outros. A reportagem também ressalta que “a necessidade de recursos e tecnologia também pode ser um entrave: ela pode exigir recursos e tecnologia adicionais, como software especializado e equipamentos de informática, que podem não estar disponíveis para todas as escolas e alunos” (CNN, 2023, s/p).

Constatamos que a fratura exposta pela desigual distribuição de renda na população brasileira impacta diretamente nos processos de produção de conhecimento e aprendizagem. Portanto, a pandemia de Covid-19 revela que a problemática que envolve tecnologia e educação vai muito além da formação docente continuada que pauta metodologias, supostamente inovadoras, que se baseiam no estímulo-resposta da gamificação.

---

<sup>6</sup> “A presença simultânea de internet e computador em casa dos estudantes de 15 a 17 anos foi constatada em 54% dos lares, mas a divisão é extremamente desigual. Entre os alunos das escolas privadas, esse percentual é de 90,5%; já entre os da rede pública não chega à metade (48,6%). Quando o recorte é feito por raça, mais uma camada de desigualdade surge. A grande maioria dos brancos (67,3%) tinha computador e internet, contra 46,8% dos pretos e pardos” (Jansen, 2021, s/p).



Seguindo a linha da visão contemporânea executiva e, paradoxalmente, com limitações reflexivas - pois tem nas TDIC's a nova tábua de salvação dos processos educacionais - em pouco tempo, nós, professores, poderemos ser engolidos pela Inteligência Artificial (AI), a qual facilmente executará planos de ensino, tendo como base teorias behavioristas de aprendizagem. Isto posto, dialogamos com Letícia Cesarino (2022), quando afirma que “Nossas sociedades já ouviram promessas parecidas inúmeras vezes, e tudo sempre volta a ser como era. Isso ocorre porque problemas complexos não desaparecem com soluções simples” (Cesarino, 2022, p. 11).

Diante do exposto, o presente ensaio objetiva interpelar a educação na sociedade de controle para refletir acerca do paradoxo atual entre uma suposta ideia de liberdade e inovação da educação - pautada na “democratização” do acesso à informação e na inserção da tecnologia no contexto escolar - e o não-lugar que a educação adquire - fruto da sua incapacidade de reflexão das problemáticas da pós-modernidade.

### **A operação das redes na delimitação do não-lugar da educação**

Em “A novidade” (1986), Gilberto Gil e Herbert Vianna ensaiam em uma composição musical uma ideia de paradoxo, quando desenham poeticamente que “A novidade era o máximo, do paradoxo estendido na areia, alguns a desejar seus beijos de deusa, outros a desejar seu rabo pra ceia”, afirmando aos desavisados que a novidade, ainda que próxima, era inacessível. Assim como os poetas criam uma crítica à desigualdade social, a partir de uma figura de linguagem, aqui também refletimos que a poesia nos permite criar uma ideia de crítica ao entendimento de que a modernização produziria a novidade para o campo educacional, no entanto, na contemporaneidade tem reproduzido o mais do mesmo.

O principal convite deste escrito é refletir acerca dos processos interseccionais que emergem das redes, que estão atualmente deslocados do ambiente educacional e, por isso mesmo, são responsáveis também por delimitar um não-lugar para a educação.

No contexto de oferta e demanda de necessidades instantâneas em desequilíbrio, aqui localizamos o debate das redes. Entendemos que essas têm se constituído a partir de ramificações das telecomunicações, chegando às mediações algorítmicas, em um movimento rizomático, convidando-nos a pensar sobre o fenômeno sócio-histórico e político de novas formas de se relacionar e de se expressar, através do uso da internet, que se inter cruzam e que, inevitavelmente, influenciam a educação.

Redes sociais - aqui são compreendidas como rizomas - perpassam a interação; a influência da vigilância algorítmica; o poderio das *big techs*; as conexões neurais, que configuram a inteligência humana; e a inteligência artificial (IA)<sup>7</sup>. Nenhum desses aspectos se colocam como algo estanque, pois todos eles se relacionam de alguma forma e com efetividade com os diversos modos de vida e de como pertencem a este mundo. Como mecanismo, que funciona a partir do conceito de multiplataforma, as redes têm se organizado como palco de interações sociais, em meio às tecnologias da informação e da comunicação, que reagem a partir de uma estratégia de comunicação ubíqua, ao mesmo tempo e em toda parte, de forma síncrona e assíncrona. Suas funcionalidades e possibilidades tem aumentado de forma veloz, agregando postagens de textos, fotos, vídeos, stories, *reels*; espaço de publicidade, vendas; e transmissão ao vivo através das *lives*. No entanto, Cesarino (2022) afirma que:

As novas mídias parecem estar propiciando uma bifurcação transversal em que a camada comunicativa “populista” orientada por uma política de afetos passa a coexistir com camadas menos visíveis de controle e governo por vias algorítmicas e tecnocráticas (Cesarino, 2022, p. 271).

A metáfora das redes é recuperada dos escritos de Raquel Recuero (2009), para apreender desse universo possibilidades para pensar questões individuais, coletivas e tecnológicas dos agrupamentos humanos no ciberespaço. “Estudar redes sociais, portanto, é estudar os padrões de conexões expressos no ciberespaço. É explorar uma metáfora estrutural para compreender elementos dinâmicos e de composição dos grupos sociais” (Recuero, 2009, p. 22). Para essa autora as redes têm funcionado a partir de um sistema multiplexo, que compreende várias relações sociais diferentes. “Há multiplicidade de ferramentas que suportam essa interação e o fato de permitirem que a interação permaneça mesmo depois do ator estar desconectado do ciberespaço” (Recuero, 2009, p. 32).

Tanto no nível das redes sociais, como no das redes técnicas e biológicas, sendo o cérebro o melhor exemplo de conexões, a rede é aplicada de modo generalizado às matérias de circulação, mobilidade, energia, troca de serviços e informações, transferência de bens, transações monetárias etc., ou seja, à interconexão de vias e meios. A rede significa, em suma, circular e interconectar, mas igualmente reter, de acordo com seu uso primitivo, no sentido de que o tecido que junta também entrava e aprisiona (Babo, 2017, p. 78).

<sup>7</sup> Han (2022) afirma que “A inteligência artificial não fundamenta, mas calcula. Em vez de argumentos, surgem algoritmos. Argumentos podem ser aprimorados no processo discursivo. Algoritmos, por sua vez, são otimizados continuamente no processo maquinal.” (Han, 2022, p. 66).

Há, nessa concepção rizomática, uma perspectiva de afetação, na medida em que estamos em constante processo de interatividade, causando alterações nos diversos atores que compõem este universo. De acordo com Di Felice (2020), fazemos parte de um organismo vivo, que se intercrusa com outros organismos. “A difusão das plataformas digitais e redes de interação entre humanos, softwares, dados, superfícies e objetos conectados contribuiu para a criação de um novo tipo de ecologia, que não é mais sujeitocêntrica, mas reticular e interativa” (Di Felice, 2020, p. 10). Para este autor, estamos regidos por dados e algoritmos que controlam nossas ações e interações, e temos nosso agir hoje conectado.

O processo de digitalização produz uma alteração ontológica da matéria e do estatuto da realidade; um mundo e uma realidade que não são mais dados e objetivos, mas que estão como eventos e em eterno devir; sobretudo, um mundo e uma realidade a serem construídos pelo diálogo com dados, com arquiteturas digitais interagentes e por meio das conexões a redes inteligentes maiores, por extensão e eficiência, do que aquelas humanas. (Di Felice, 2020, p. 20)

Di Felice (2020) defende que estamos diante de uma nova ecologia, que tem como um dos pilares o questionamento da participação popular sob a égide “votocêntrica”, afirmando que há uma mudança de episteme que precisa ser considerada. Para ele, há um contrassenso entre as formas de participação social e ação política dos cidadãos, com as novas formas de relações que atualmente estão imbricadas nas redes e que compreendem possibilidades outras de relacionamentos e participação.

É nesse sentido que a educação, promovida nas instituições de ensino, para nós, hoje, ocupa um não-lugar, sendo incapaz de exercer um funcionamento reflexivo diante das demandas de uma sociedade que está desterritorializada de espaços reais e que transita para o virtual. Sem a compreensão que vivemos em um *duo* não avançamos em estratégias eficazes de ensino e de pensamento acerca da função social da educação. Um paradoxo entre aquilo que acreditamos estar rompendo, a partir da inserção das TDICs na formação, e o que efetivamente se desenha como campo minado para nós mesmos, enquanto executores de um projeto fadado ao fracasso.

A ideia de humano, a ideia de técnica e a concepção da natureza, entendidas como realidade externa, produzidas ao longo dos últimos milênios e divulgadas e espalhadas pelo mundo inteiro, não são mais adequadas para compreender o mundo que habitamos. O 5G, os computadores quânticos, as realidades aumentadas e ampliadas, o aquecimento global, as mudanças

climáticas, a pandemia eliminaram para sempre a ideia do mundo que colocou no centro primeiro Deus, e depois o homem e sua razão. Termina a concepção européia de mundo, mas talvez seja uma boa notícia, porque, para nascer o novo, é necessário que o velho se afaste e morra (Di Felice, 2020, p. 15).

De acordo com Rodríguez (2019), a atual distribuição de informações, de alguma forma mais horizontalizada através da lógica midiática, também proporciona novas sociabilidades, capazes de gerar processos políticos imprevistos. Com isso, ele afirma que não quer dizer que a primavera árabe, por exemplo, surgiu graças ao Facebook, mas que é possível pensar como esses espaços de poder podem expor, em vitrines, lutas e produzir sujeitos políticos em disputa. Portanto, localizamos atualmente nas redes um espaço determinante para a reverberação de discursos e posturas que se projetam como campo para o embate político. Seguindo linha de pensamento semelhante, Henrique Antoun (2010), afirma que são inegáveis as transformações, que perpassam pela política, e que são propiciadas pelas relações de comunicação proporcionadas pelas redes.

Há que se ressaltar a possibilidade de democratização do acesso à informação, como estratégia de formação de saberes, e a descentralização do poder do fornecimento e divulgação de dados pela grande mídia, fator que também exige uma capacidade crítica-reflexiva das pessoas que “navegam” nas redes, em relação ao consumo de informações, engajamento de perfis e embates com o algoritmo, que de fato, hoje, tornou-se o pior ladrão do nosso tempo, portanto também das nossas vidas.

[...] a vigilância ubíqua e invisível, agora sustentada pelos algoritmos, não é outra coisa senão o incremento, uma sofisticação e refinamento da economia política no capitalismo digital. Assim, a biopolítica, que encontra hoje os algoritmos, no *big data*, seus maiores coadjuvantes, tem a ver com o poder que, regulado pela política científica, medicinal e jurídica, é exercido sobre a biologia, sobre a vida das populações, que crescem cada vez mais, ocupando todos os espaços disponíveis no globo” (Santaella, 2016, p. 94).

Para Di Felice (2020), na nossa sociedade tudo é quantificável, mensurável, estamos diante da sociedade do cálculo. “As performances do nosso corpo, nossas preferências musicais, nossas amizades, nossos comentários, nossas transações financeiras e todo tipo de atividade: tudo se tornou dados” (Di Felice, 2020, p. 92). Clive Humby, matemático londrino, resumiu de forma certa a importância dos dados na atualidade com a célebre frase “Dados são o novo petróleo”. Com essa sentença, compreendemos que, de fato, é a mineração de dados que tem sido potencial geradora de riqueza e de controle na configuração contemporânea da nossa existência. Nossos discursos, comportamentos, decisões e até nós mesmos nos tornamos dados.

Para Byung-Chul Han (2022), “Decisivo para o ganho do poder é, então, a posse de informações.” (Han, 2022, p. 24).

Trabalhamos e vivemos à serviço dos dados, sob o exercício dos algoritmos que têm dirigido de forma silenciosa as nossas vidas, direcionando sobremaneira as informações as quais temos acesso nas redes. “[...] nossas relações sociais, cada área do mundo assumiu progressivamente uma forma algorítmica” (Di Felice, 2020, p. 90). De acordo com esse autor, “Os algoritmos são os procedimentos de sequências de cálculo que nos permitem acessar as grandes quantidades de informações dos bancos de dados e, portanto, a complexidade do nosso mundo” (Di Felice, 2020, p. 91).

Pablo Manolo Rodríguez (2019) afirma que os algoritmos sempre existiram na matemática, sendo definido, nesse âmbito, como uma sequência finita de instruções para executar uma tarefa ou solucionar um problema. Contudo, esse autor afirma que no ambiente computacional os algoritmos adquirem o formato necessário para a manipulação de símbolos e as metáforas do pensamento e seus significados. No contexto das redes, de multiplataformas, “Cada ‘Me gusta’ es un acto de gubernamentalidad algorítmica” (Rodríguez, 2019, p. 360). Nossas preferências transitam em torno de uma pequena mão com o dedo polegar levantado, símbolo que designa o “like”, que ao passo que nos inclui em possibilidades de acesso aos conteúdos, também nos exclui conforme a demanda viral do momento. Nesse contexto, Rodríguez (2019) menciona que as máquinas de informação se convertem em máquinas de comunicação, pois, de alguma forma, comunicam.

*Decir que las máquinas se comunican supone que no solo gestionan datos, sino también que los transforman en procesos complejos de significación, y esto sin dudas se vincula con el modo en que la noción misma de información se amplía de modo tal que excede en mucho al mero dato (Rodríguez, 2019, p. 98).*

Nesse cenário da comunicação e da informação, a vigilância e a disciplina podem estar mais ou menos explícitas, mas isso não impede uma visão do conjunto. Para esse autor, essa premissa compõe uma condição para as variadas possibilidades de vigilância distribuída e participativa propostas pelo uso das tecnologias nas últimas décadas. Tal estrutura funciona por meio de formas de poder, que gestam nosso tempo e nossa vida, que escapam das instituições e dos Estados, mas continua à serviço do capital. Dessa forma, é possível refletir que a linha entre ficar e sair das redes, atualmente, não está mais no campo privado e das liberdades individuais, mas sim no âmbito do controle, que é continuamente ajustado.

De acordo com Gilles Deleuze (1992), as “sociedades de controle” são operadas por máquinas de informática e computadores, com uma linguagem feita por cifras que permite o acesso ou a rejeição à informação. Nesse regime de controle contínuo, nunca se termina nada. “Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem auto deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Deleuze, 1992, p. 221). Pontos estes, que aqui consideramos como referência para compor as cifras e os dados na contemporaneidade do capitalismo.

Não estamos mais falando, como dirá Deleuze (1992), de um capitalismo para a produção. Estamos falando, sim, de um capitalismo focado no produto. Um capitalismo, portanto, orientado “para a venda e para o mercado” (Deleuze, 1992, p.228). E por produto, não se trata somente das especificidades e valências das mercadorias, mas também do próprio trabalhador que agora se vê como força de produção e de consumo.

Desta forma, não serão apenas os celulares, computadores, automóveis, televisores, em suma, as mercadorias de forma geral que terão que acompanhar as crescentes demandas por inovação diante das exigências do mercado concorrência, as pessoas, os trabalhadores serão também incluídos nessa dinâmica flexível e plástica que caracteriza o capitalismo atual. Assim sendo, os dispositivos de controle precisam ser “de curto prazo e de rotação rápida” (Deleuze, 1992, p.228).

Aos indivíduos desta sociedade de controle, resta apenas a adaptação a essa corrida incessável em busca da melhor performance em um tempo que aparenta ser cada vez mais curto para um alcance, praticamente impossível, das demandas exigidas. É por isso que na sociedade o homem do desempenho, da simultaneidade, da instantaneidade é ao mesmo tempo o homem da falta e do vazio. É, por assim dizer, “o homem endividado” (Deleuze, 1992, p. 228), consumido por si mesmo.

Partindo desse pressuposto, Maurizio Lazzarato (2014, p. 66) afirma que “A dívida constitui uma nova técnica de poder. O poder de controle e de coerção sobre o devedor não vem do exterior, como nas sociedades disciplinares, mas do devedor ele mesmo”. É central para esse autor a questão do tempo e da duração da dívida, a qual faz a ligação entre o presente e o futuro. Nesse sentido, desenha-se uma configuração atual de um homem que é filho da falta e que, até mesmo no porvir, seguirá sendo caracterizado pelo que deve e não pelo que possui.

Byung-Chul Han (2022) afirma que “O capitalismo da informação, assentado sobre a comunicação e a conexão, torna obsoletas técnicas disciplinares como a isolamento espacial, a

regulamentação rigorosa do trabalho ou o adestramento corporal.” (Han, 2022, p. 08). Nessa nova fase do capitalismo - que esse autor chama também de capitalismo de vigilância - as formas de dominação se dão através do processamento por algoritmos e pela maquinaria da inteligência artificial. “Não é, então, a posse de meios de produção que é decisiva para o ganho de poder, mas o acesso a dados utilizados para vigilância, controle e prognóstico de comportamento psicopolíticos” (Han, 2022, p. 07).

Dentro dos moldes da vigilância digital, Fernanda Bruno (2008) elenca os seguintes dispositivos públicos e privados, que têm se atualizado de forma singular, como determinantes: “[...] os mecanismos de coleta, monitoramento e arquivo de informação; os sistemas de classificação e conhecimento dos dados; os procedimentos de individualização e produção de identidades; as formas de controle sobre as ações e escolhas dos indivíduos” (Bruno, 2008, p. 11). De acordo com essa autora, os sistemas de classificação de vigilância digital geram uma espécie de taxonomia própria, diante de outras formas de individualização que podem ser encontradas em bancos de dados e caracterização de perfis computacionais (*profiling*<sup>8</sup>) – que não representam nem a norma, nem a média de uma população.

É por isso, segundo Han (2020), que todos esses procedimentos de controle, vigilância e prevenção fazem parte de uma psicopolítica que permitiu que as lógicas de dominação e de exploração do capitalismo tomassem conta da nossa interioridade. De forma mais direta, a nossa psique tornou-se o último e mais recente reduto da expansão capitalista. E agora que nossos desejos e nossas vontades podem ser previamente calculados, direcionadas e apropriadas, instaurou-se assim uma crise de liberdade, ao passo que perdemos qualquer condição de autonomia, qualquer poder decisório sobre aquilo que queremos ou não.

O comportamento humano pode ser agora totalmente manipulável, sem encontrar qualquer resistência - “A própria pessoa se positiva em coisa, que é quantificável, mensurável e controlável” (Han, 2020, p.23). Ao se moldar à nossa psique, esses mecanismos de poder não se exercem mais reprimindo, mas, ao contrário, explorando a liberdade. É a liberdade como uma forma de exploração o fundamento de sua própria crise e a condição, diante desse impasse, para a autoexploração passiva dos indivíduos.

Diante desse impasse histórico - em que interioridade e exterioridade tornaram-se uma coisa só e onde a liberdade, antes oposição, agora forjou-se em instrumento de dominação e exploração -, não tem como não lembrar da noção de “realismo capitalista” desenvolvida por

---

<sup>8</sup> Han (2022) afirma que o *profiling* “[...] torna possível prever melhor um comportamento de uma pessoa do que um amigo ou parceiro poderia.” (Han, 2022, p. 38).



Mark Fisher (2020). Para o autor, realismo capitalista se refere à compreensão de que o capitalismo é o único caminho possível, sendo impossível desenvolver qualquer alternativa viável a ele (Fisher, 2020).

Isso pensado em termos de sociedade de controle, de tecnologia, de um capitalismo de vigilância, nos dirá Fisher (2020), exterioriza-se não na figura do “trabalhador/presidiário” de outrora, mas do “endividado/viciado”. E sentenciou: “O capital do ciberespaço opera viciando seus usuários” (Fisher, 2020, p.48). Introjetando-se em nossas vidas, nos tornamos dependentes de sua própria lógica para sobreviver, mesmo sabendo que tudo vai mal.

Os efeitos colaterais dessa dopagem são diversos, mas especialmente em termos educacionais podemos pensar em algumas questões. A primeira delas, talvez, seja o esfacelamento de qualquer viés político, coletivo e emancipatório da educação mediante sua sujeição e transformação completa em mercadoria. Se o trabalho, na sociedade de controle, incentiva a criação de um perfil que dê vazão às características e potencialidades pessoais do trabalhador e de consumo, na educação não é diferente, ou seja, todos são impulsionados a assumir um “ser *smart*” (Fisher, 2020).

Faz tempo que as dimensões sociais, coletivas e políticas da educação têm sido negligenciadas ao passo que no mercado avançam diversas ofertas e possibilidades para uma educação adequada a cada perfil particular dos indivíduos. A educação vai então abdicando de seu potencial formativo e político para transformar-se cada vez mais em variadas ofertas de consumo ao gosto do freguês (Laval, 2019). O debate em torno do ensino domiciliar, por exemplo, nos parece ser fruto desse momento histórico em que a educação deixa de ser pensada no social para ser pensada em sua forma “*smart*”.

Outra questão referente a esse tempo da instantaneidade e da exposição compulsiva e viciante por vários estímulos digitais diz respeito à formação no seio das populações, especialmente entre os jovens, daquilo que Fisher (2020, p.46) chamou de uma “letargia hedônica”. Com a crise das formas disciplinares de coerção, imaginou-se que um maior aumento de liberdade estimularia os indivíduos, os jovens a se engajarem mais em atividades, projetos etc. (Fisher, 2020). Acreditou-se, assim, que esse novo tempo que surgia - onde os indivíduos poderiam se autodeterminar e tomar posse da sua vida e de suas escolas - traria uma maior possibilidade de autonomia e liberdade.

Contudo, o que se viu foi exatamente o oposto. Em vez da ação, viu-se toda uma geração acomodar-se às facilidades de um mundo instantâneo, onde o entretenimento, a dopagem, a não reflexão ou reflexão rasa, o desinteresse pelas questões centrais de nosso tempo e a busca

incessante pela excitação e pelo prazer dão o tom da nossa sociedade atual (Fisher, 2020). Este diagnóstico de nossa sociedade não deixa perpassar objetivamente pela educação e pelos processos de formação.

Sobre a relação dessa “letargia hedônica” com a educação e os estudantes Fisher (2020, p.46) indaga: “Peça aos estudantes para que leiam mais que umas tantas linhas e muitos - mesmo estudantes com boas notas - irão protestar alegando que não podem fazê-lo”. A impossibilidade de realização dessas atividades, por exemplo, se exterioriza na forma de uma denúncia pelo fato de serem tediosas. Porém, Fisher (2020) argumenta que o que está posto é muito mais do que o tédio em si mesmo. O que se expressa como tedioso na verdade é o sintoma de uma geração que não consegue se adequar mais aos meios disciplinares em crise.

Por conseguinte, o que está posto é fato de uma geração que não consegue mais se desconectar de outros meios, outros dispositivos, não consegue, portanto, por um instante que seja se afastar dos estímulos e sensações, muitas vezes de recompensa, que o mundo cibernético e da instantaneidade lhe proporciona (Fisher, 2020). A impossibilidade de ler algumas páginas representa, assim, a relação de vício que “o capital do ciberespaço” estabelece com nós mesmos e como isso na forma de uma “letargia hedônica” se relaciona com a educação hoje, afinal: “Alguns estudantes querem Nietzsche da mesma maneira como querem um hambúrguer; sem entender - e a lógica do sistema de consumo estimula essa falha de compreensão - que o indigesto, a dificuldade, é Nietzsche” (Fisher, 2020, p. 46-47).

### Considerações finais

No meio desta crise em que de um lado estão as estruturas disciplinares em crise e de outro uma sociedade de controle cada vez mais consolidada, está a posição fronteira do professor (ou seria melhor dizer, equilibrista) entre um mundo e outro. Nessa era de indeterminação, onde nada parece se assentar em algum lugar, os professores, segundo Fisher (2020, p. 49):

[...] se encontram hoje sob a intolerável pressão de mediar a subjetividade pós-letuada do consumidor do capitalismo tardio e as demandas do regime disciplinar (passar nos exames e coisas do tipo). Nesse sentido, longe de ser algo como uma torre de marfim a salvo do “mundo real”, a educação é a sala de máquinas da reprodução da realidade social, onde se confrontam diretamente as inconsistências do campo social capitalista. Os professores estão presos na armadilha de serem ao mesmo tempo facilitadores/animadores de palco e autoritários/disciplinadores.

Para além dessa zona de indeterminação, esse não lugar que não só o professor, mas o próprio projeto educador da modernidade está localizado hoje, há ainda a questão da qualidade da educação e dos conteúdos ensinados. Defendemos aqui a possibilidade de nos reportar aos entremeios da educação, também expostos e implicados na nossa condição de docentes, visualizando o cenário atual por um viés que é extremamente desafiador. Antes de apontar possibilidades resolutivas, de forma aligeirada, acerca da crise educacional instalada, entendemos que o momento demanda potência reflexiva sobre as palavras.

Nesse tempo em que vivemos, como bem mencionou Achille Mbembe (2021, p. 88): “Como a cifra se sobrepôs à palavra, o número se tornou o supremo fiador da realidade, em vez de seu indicador”. Isso diz muito como funciona a lógica da sociedade de controle e sobre como a qualidade e a função social da educação é avaliada dentro dela. Mais do que sua qualidade, conteúdo, profundidade, mais do que sua função social, cidadã e política, o que está posto hoje como finalidade da educação é o alcance das metas e o cumprimento das demandas exigidas pelas contínuas avaliações de competências e habilidades (Fisher, 2020). Mais do que os processos de formação, o que se coloca como central na educação hoje é o número!

E nesse sentido, o “bastante nunca é suficiente” (Fisher, 2020). A “liberdade” almejada nesse novo sistema não se contradiz com o aumento da burocratização que se externaliza nas diversas formas de avaliação às quais professores e alunos são constantemente submetidos (Fisher, 2020). Desta forma, pouco importa o processo, pouco importa o esgarçamento físico e psicológico dos atores envolvidos, pouco importa a qualidade (se os alunos estão bem formados, bem-preparados ou não), importa o resultado e o número final.

O número, enquanto conceito matemático, que pode ser mensurado, fala-nos muito mais sobre questões estanques, que não dialogam com a realidade. Sobre o real, se o olharmos de frente, teremos que enfrentar também nossas questões, enquanto profissionais da educação, atitude que demanda diálogo urgente com o virtual e suas inovações, que nos tragam para o fora da historicidade, que não pode ser contada ou medida.

Do lugar da reprodução epistêmica e das técnicas didático-metodológicas surgem debates que são atualmente travados nas salas de aula e têm cegado a crítica, a capacidade reflexiva, que deveria ser o fundamento do fazer docente, colocando-nos aqui no que chamamos de “não-lugar” da educação da atualidade e indicando um futuro que tem como prisma a permanência.

Esse “não-lugar” é, talvez, a expressão atual do impasse da educação. De um lado, está a dificuldade de reflexão e da crítica que enfrente a crise a falência dos ideais e valores de

sustentação do projeto educador. Do outro lado, segue a busca incessante de renovação da crença iluminista kantiana, o debate em torno da tecnologia, por exemplo, é permeado por esse desejo, como forma de encontrar a qualquer custo uma tábua de salvação, um conforto para nossa angústia, um motivo para acreditar e persistir, mesmo sabendo que tudo vai mal.

O avanço tecnológico informacional e as descobertas da biologia molecular (neurociência, genética e imunologia) impactam positivamente, atualmente, muito mais lugares outros, que a educação formal, propriamente dita. Sem a menor pretensão de trazer respostas, o que trazemos neste escrito são questões do nosso tempo: como podemos atuar diante do avanço da inteligência virtual? Qual a função da educação diante da extinção da categoria trabalho? De que maneira os novos modelos de vigilância têm se colocado no cerne da discussão da escolarização?

O que há aqui é um convite que perpassa pela afirmação de Cesarino (2022, p. 275), “Uma eventual nova ordem está coemergindo na e pela própria crise, e seus contornos ainda são incertos”. Para essa autora, precisamos “[...] deixar de lado a oscilação entre uma visão neutra da tecnologia (ela é só um canal e a fonte real dos problemas é social) e uma visão determinística (ela é capaz de controlar processos sociais) (Cesarino, 2022, p. 12-13). É nesse feixe de incertezas que vivemos e que, obviamente, não há como deslocar a educação desses atravessamentos.

Defendemos que uma utopia progressivista, emancipatória, quiçá uma inovação, não virá, tão somente, pela via metodológica da utilização da TDIC’s. Mesmo porque a passagem do efeito pandêmico na educação nos mostra que é possível ser tradicional fazendo uso de aplicativos, *games* e *lives*. Acreditamos que estamos diante de um discurso arriscado que nos coloca em frente ao desafio de entender a tecnologia como uma espécie de linha de fuga, que funciona como tal apenas pelo fato de existir.

Nesse sentido, corroboramos com Deleuze e Guattari (2012, p. 87) quando afirmam que “A linha de fuga faz explodir as duas séries segmentares, mas é capaz do pior: de ricochetear no muro, de recair em um buraco negro, de tomar o caminho da grande regressão, e de refazer os segmentos mais duros ao acaso de seus desvios”. Esses autores falam sobre os “perigos próprios a cada linha”. E é nesse lugar angustiante que colocamos as reflexões aqui propostas: um lugar de perigo, ocupado pretensiosamente como linha de fuga do campo educacional, como objeto salvacionista, mas que pode subitamente nos levar ao abismo.

## REFERÊNCIAS

- ANTOUN, H. Vigilância, comunicação e subjetividade na cibercultura. *In*: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 141-154.
- BABO, I. Redes e ativismo. *In*: DI FELICE, M.; ROZA, E.; PEREIRA, E. **Net-ativismo**: Redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus Editora, 2017. p. 77-88.
- BRUNO, F. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Revista FAMECOS**, [S.I], v. 36, p. 1-7, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4410> Acesso em: 17 jul. 2023.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CNN BRASIL [online]. Abril, 2023. **Gamificação na educação**: entenda o que é, importância e como pode ser usada. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/lifestyle/gamificacao-na-educacao/> Acesso em: 17 fev. 2024.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DI FELICE, M. **A cidadania digital**: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- HAN, B. C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyné, 2020.
- HAN, B. C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é “esclarecimento”? *In*: KANT, I. **Immanuel Kant: textos seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

JANSEN, R. E. **Pandemia agravou desigualdade na educação pública e privada e entre pobre e rico**. Rio de Janeiro, dez. 2021. Disponível em: em <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2021/12/03/pandemia-agravou-desigualdade-na-educacao-publica-e-privada-e-entre-pobre-e-rico.htm> Acesso em: 17 fev. 2024.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

OLIVEIRA, I. Trocar livros físicos por digitais pode prejudicar o desenvolvimento de alunos. **Terra**, ago. 2023. Disponível em: [https://www.terra.com.br/byte/trocar-livros-fisicos-por-digitais-pode-prejudicar-desenvolvimento-de-alunos,a11218569e11e08077ac03743012a4cb38zv426u.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/byte/trocar-livros-fisicos-por-digitais-pode-prejudicar-desenvolvimento-de-alunos,a11218569e11e08077ac03743012a4cb38zv426u.html?utm_source=clipboard). Acesso em: 18 fev. 2024.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RODRÍGUEZ, P. E. **Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2019.

ROUVROY, A.; BERNS, T. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco Pós, [S. l.]**, v. 18, n. 2, p. 35-56, 2015. Disponível em: [https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/2662](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2662). Acesso em: 31 ago. 2023.

SANTAELLA, L. Pós-digital: por quê? A cultura digital na berlinda. *In*: SANTAELLA, L. **Temas e dilemas do pós-digital**. São Paulo: Paulus, 2016. p. 79-94.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2019.

---

**Reconhecimentos:** Universidade Federal de Sergipe (UFS); Programa de Pós-Graduação em educação (PPGED/UFS).

**Financiamento:** O texto conta com financiamento da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), estabelecido através de um Doutorado Interinstitucional com a UFS (DINTER). Há também o financiamento de bolsista de doutorado da CAPES.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** Não se aplica.

**Disponibilidade de dados e material:** A maioria dos dados se encontram disponíveis na internet.

**Contribuições dos autores:** Todos os autores participaram da construção coletiva do texto sem qualquer discriminação.

---

**Processamento e editoração:** Editora Ibero-Americana de Educação.  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

